

## **Práticas Heteronormativas nas Quadrilhas Juninas<sup>1</sup>**

Dimas Carvalho ARAUJO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Campina Grande, PB

### **RESUMO**

As quadrilhas juninas, um dos pontos principais das festas juninas, são de origem europeia. Após chegar ao Brasil e migrar da nobreza para o campo, a dança se associou às práticas da Igreja Católica sendo um grande instrumento para a manutenção das normas e tradições da época. Com o crescimento dos centros urbanos e a modernização, as quadrilhas fizeram o caminho de volta à cidade. Diversas foram as transformações até assumirem esse formato dos dias atuais, porém os moldes heteronormativos são mantidos mesmo não havendo ligação com a Igreja. Com uma presença considerável de pessoas LGBTQIA+, as quadrilhas optam por preservarem a tradição heterossexual compulsória dividindo todo o seu espetáculo em um formato binário, entre homem e mulher como um casal absoluto.

**PALAVRAS-CHAVE:** quadrilha junina; LGBTQIA+; heteronormatividade.

### **CORPO DO TEXTO**

As quadrilhas juninas, um dos grandes elementos da festa junina, é uma herança europeia que sofreu diversas transformações até assumirem esse formato atual. A dança em pares, formada por fileiras que remetiam a um quadrado não passava de uma dança entre casais durante celebrações da nobreza. Após o fim da monarquia, a dança começou a ser praticada pelo povo do campo, se associando às festas juninas que estavam em ascensão no interior e logo se tornou também o ponto chave daquelas festividades. Vale ressaltar como a festa junina foi utilizada na evangelização pelos europeus ao chegarem no Brasil e todos os símbolos que eram inseridos na festa passavam por esse “enquadramento” para ressignificar práticas antigas e reforçar as normas da época, mais precisamente da Igreja Católica, que utilizava do sincretismo para facilitar na absorção dos novos significados cristãos para tradições antigas, muitas delas pagãs. Com objetivo religioso de evangelizar e converter novos fiéis ao catolicismo, em sua maioria pessoas não letradas, eram utilizadas formas simples e convincentes das tradições da época que além dos dogmas da igreja também mantinham a ordem perante a lei.

As tentativas de evangelização por meio das missões católicas visavam construir um ajustamento nos modos indígenas para que se tornassem compatíveis às exigências da política mercantilista portuguesa. [...] Portugal

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

<sup>2</sup> Bacharelado do Curso de Arte e Mídia, email: [dimascarvalho@gmail.com](mailto:dimascarvalho@gmail.com).

apresentou ao Brasil uma realidade diversa: monoteísmo, segregação e subalternização das mulheres, casamento monogâmico e restrições ao sexo não procriativo (em especial entre pessoas do mesmo sexo). (NOGUEIRA, PEREIRA e TOITIO, 2020, p. 86).

As quadrilhas começaram a refletir seu novo ambiente: os personagens, antes nobres reais, agora eram homens e mulheres do campo, com suas roupas simples, porém muito ornamentadas. Os comandos foram adaptados, a trilha sonora também. Elas eram de fato um retrato da época e da região em que eram praticadas. Porém, muitos dos hábitos europeus e nobres das quadrilhas foram mantidos, como a formação por casais heterossexuais.

Durante as festividades tornou-se tradição a encenação de um casamento que nada mais era do que um dos maiores instrumentos de ensinamento das leis da época durante as festividades, fossem morais ou religiosas. Ao fim da encenação era realizada a dança como forma de comemoração do casamento, levando consigo todos os seus personagens: os noivos, os familiares, o padre, o policial ou xerife etc. Por ser realizado entre pessoas em sua maioria analfabetas, as imagens, as piadas e as brincadeiras falavam por si só e funcionavam muito melhor do que ensinamentos escritos. Sobre a forma como essa encenação era composta e sua organização, Chianca (2007, p.68) descreve:

Trata-se de um cenário que se constrói através do seguinte roteiro: um jovem rapaz engravida sua namorada e se recusa a casar diante dos seus pais e dos da noiva – geralmente compadres pertencendo a níveis sociais hierárquicos diferentes. Geralmente um dos pais é “coronel”, “prefeito” ou “fazendeiro”. Por isso a atitude do noivo contrasta com a da noiva, que espera ansiosamente pela união. A presença do conjunto da comunidade (os convidados) e suas principais autoridades civis e religiosas (policiais, juiz de direito e padre), além dos pais de ambos os nubentes não são suficientes para coagir o noivo que tenta inúmeras vezes fugir do enlace. A presença – prudente – de autoridades policiais é ineficaz até que, sob ameaça de facas, revólveres (e até canhões) ele desiste de escapar e aceita seu destino de homem casado – e futuro pai de família. A ‘honra’ da noiva e de sua família estão salvas.

Nota-se que a quadrilha quando chegou no interior passou a ser regada por questões religiosas. Se já não bastasse a sua forma de montagem, por casais heterossexuais, passou a se fazer presente um casal de noivos, também heterossexual, vestidos a caráter, que celebravam o matrimônio perante um padre. Porém, com a chegada dos festejos juninos nos grandes centros urbanos, as práticas antigas e os moldes para a construção das apresentações das quadrilhas juninas não foram ressignificadas. A quadrilha passa a integrar as festas juninas modernas e se desvincula totalmente do caráter religioso, porém mantendo diversos símbolos católicos herdados, como homenagem aos santos e a realização de um casamento católico.

A quadrilha foi tomando forma, se unindo à encenação do casamento e se desvinculando do teor religioso. Mas, mesmo assim, o casamento em sua base católica nunca deixou de existir, e esse momento (agora não mais chamado de matuto) por diversas vezes se tornou o ponto

principal dos espetáculos. Nesse momento, os moldes em que as quadrilhas eram montadas já não se faziam mais necessários tendo em vista que o objetivo didático para as normas da época como também da igreja não mais existia.

Mesmo sem a necessidade de utilizar tal encenação para educar o povo da roça, as quadrilhas continuaram fazendo uso deste artefato para justificar a presença dos personagens centrais, o noivo e a noiva, e para atender aos requisitos dos concursos de quadrilhas que definem o casamento durante o espetáculo como um quesito a ser julgado: a quadrilha que não o apresenta é punida. Mesmo com enredos mais diversos, os espetáculos, em sua maioria, giram em torno do casamento.

Porém, mesmo com esse formato excludente de diferentes tipos de casais que não fossem heterossexuais, com o passar dos anos tornou-se constante a presença de pessoas LGBTQIA+ no meio das quadrilhas juninas. Entretanto, antes de falar sobre o acolhimento desse grupo é preciso questionar a forma como ele é exposto nos espetáculos. Se a quadrilha, como vimos, se tornou reflexo dos povos que a praticavam, por que ainda são mantidos os mesmos hábitos heterossexuais se, em sua composição, a maioria dos participantes pertence ao grupo LGBTQIA+? Por que sempre é celebrado um casamento unicamente heterossexual, e por que ainda é mantida a forma binária dividida entre homem e mulher, dama e cavalheiro, na formação da estrutura das quadrilhas juninas?

Pensar na presença de pessoas homossexuais, transexuais/travestis e *drag queens* no ambiente das quadrilhas juninas é cair na armadilha de considerá-lo um lugar de diversidade. Se levarmos em consideração apenas a presença LGBTQIA+ entre os integrantes, sim, existe diversidade e aceitação, porém durante o espetáculo a imagem binária ainda permanece intacta e ela afeta a forma como esses grupos se comportam e precisam se comportar para se encaixar nesses padrões. São essas práticas que tornam as quadrilhas juninas heteronormativas, defendendo uma heterossexualidade compulsória e uma cisgeneridade.

A heterossexualidade compulsória se assemelha e se baseia em outro termo, o heterossexismo que consiste na compreensão errônea de que todos os casais são ou devem ser heterossexuais, compostos e formados por homem e mulher a partir das definições de gênero biológicas; é a manutenção e imposição dessa ideia invalidando a formação de casais que não se encaixem nesses padrões. Essa imagem é bastante divulgada e persiste até os dias de hoje em materiais que consideram apenas casais heterossexuais, como em propagandas publicitárias, filmes, novelas etc. A ideia de que casais homossexuais não existem é compartilhada e mantida por diversos meios legitimando apenas a união heterossexual. Tal prática considera apenas a união heterossexual como normal e inviabiliza uniões que não se encaixem nesse molde. Seria, de fato,

uma compulsoriedade em relação à heterossexualidade. Colling e Nogueira (2015, p.178) trazem a seguinte definição:

A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade *versus* homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória.

A heteronormatividade é a compreensão dos moldes heterossexuais como padrões a serem seguidos mesmo por casais homossexuais, “é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2015, p.46). Grandes exemplos podem ser visualizados nas tentativas dos casais homossexuais de se encaixarem nas tradições heterossexuais, como a adoção de filhos, a oficialização do matrimônio, o uso de alianças, entre outros símbolos pertencentes e proliferados anteriormente por padrões binários durante a história. Portanto, além da ideia de que todos os casais devem ser heterossexuais também existe a de que os padrões desses mesmos casais precisam ser seguidos. Nonato (2020, p.79) completa:

Essas práticas refletem um modo de vida heterossexual. Todas essas demandas, analisadas (sic) em conjunto, refletem um novo tempo histórico, marcado mais fortemente pela heteronormatividade do que pela heterossexualidade compulsória.

A cisgeneridade compreende em considerar que todos os seres são e mantem relação de gênero a partir do sexo biológico definido no seu nascimento. Essa prática desconsidera a existência da transexualidade em que o indivíduo compreende o seu gênero a partir da sua construção social independente do sexo definido biologicamente ou a intersexualidade em quem existe uma relação ambígua dos dois gêneros, masculino e feminino. Para Vergueiro (2015, p. 65 e 66), cisgeneridade é:

a premissa de que corpos “normais”, “ideais” ou “padrão” apresentam uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de “sexo biológico”, e que tal coerência se manifesta nas expressões e identificações vistas como “adequadas” para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa.

Nesse caso, partimos da heterossexualidade compulsória para a heteronormatividade, e logo em seguida para a cisgeneridade. É preciso compreender que estamos falando de questões de identificação sexual, que se referem à atração sexual por outro indivíduo e sobre o pertencimento à definição de gênero realizada no nascimento, que condiz com a sexualidade biológica: masculino ou feminino. Todas as três definições nos levam para um grupo, de certa forma, puro, correto e natural: o heterossexual cisgênero.

Para um homem cisgênero gay que queira participar do espetáculo ele precisa, indispensavelmente, assumir o papel de homem cisgênero heterossexual e trazer consigo todo um comportamento como tal, seja ele convincente ou não. Esse é o papel do cavalheiro que, além do

mais, durante a performance, irá interagir a todo instante com uma dama. Já para a mulher cisgênero homossexual a responsabilidade é a mesma: interagir com o cavalheiro independente da sua orientação sexual e assumir uma imagem heterossexual. Os dois irão desenvolver um papel de casal, romântico, de cordialidade, transbordando um clima de paixão durante grande parte da apresentação. Ao definir as características e importâncias dos personagens das quadrilhas juninas, Noleto (2016, p.137) destaca sobre o papel do homem:

*Os cavalheiros são o conjunto de integrantes "masculinos" de uma quadrilha, representam todos os atributos de "masculinidade" que são encenados coreograficamente. Se é possível convencer-se de que as festas juninas, como momentos rituais, expressam, reforçam e exageram certos ideais de ruralidade e conjugalidade, é também possível notar que, dentro dessa configuração, os cavalheiros performatizam a força de trabalho do homem do campo, o desejo sexual "masculino" implícito às damas e os elementos distintivos de uma "masculinidade" adequada para produzir a oposição binária estrutural, cavalheiros/damas, na qual se baseia todo o enredo coreográfico das quadrilhas.*

Toda a coreografia é montada nesse esquema, como também a construção dos figurinos e a forma como a quadrilha se distribui durante o espetáculo: o cavalheiro cortejando a dama, como casal. A dança, elemento soberano nas quadrilhas juninas, por si só já delimita noções de gênero. Pela definição de Noleto (2016, p.128), a dança “com seus códigos de movimento todos ordenados por uma finalidade estética, ritual ou de busca pessoal pelo hedonismo, é inteiramente regulada para produzir diferenças que dizem respeito à retórica do gênero”. O figurino das quadrilhas também é elaborado de forma que acentue mais essas definições de gênero, e que traz consigo características da época em que os personagens eram moradores da roça: o homem do campo, que vivia da lavoura, e a mulher, dona da casa, com sua leveza e roupas cumpridas. Noleto (2016) fala sobre o figurino do cavalheiro, que traz referência aos chapéus utilizados pelos homens na lavoura para se proteger do sol e que traz consigo toda a simbologia masculina de força e trabalho, já o das damas remete aos vestidos utilizados no dia a dia e em momentos festivos, como também os adereços na cabeça ressaltando a feminilidade e os ornamentos postos no cabelo no período do casamento.

Para tanto, nota-se também a pressão pela exigência no cumprimento de tais moldes para a padronização dos espetáculos exercida pelos dirigentes das quadrilhas forçando, de certa forma, os integrantes a manter essa aparência heterossexual predominante. Tais atitudes nos remetem a problemas que acontecem em diversos meios em que os indivíduos, por medo, precisam se encaixar em um universo em que a não-heterossexualidade seja proibida. Sobre esse medo gerado, Miskolci (2015) compara ao que acontece na escola, com esses mesmos indivíduos, desde a infância.

Na vida social, mais sobretudo na escola, aprendemos as formas coletivamente esperadas de ser por meio da perseguição às maneiras de agir e ser rejeitadas

socialmente. Na esfera do desejo e da sexualidade, a ameaça constata de retaliações e violências nos induz a adotar comportamentos heterossexuais. (MISKOLCI, 2015, p.34)

Assim como define Miskolci (2015, p.41): “divisões arquitetônicas são algumas das formas que a sociedade encontra de colocar cada um no seu quadrado e, sobretudo [...], no seu lugar dentro do binário masculino e feminino”. É assim então que as quadrilhas juninas, conscientemente ou inconscientemente, apagam a existência não binária, ou não heterossexual, do seu universo. É forçando o indivíduo a negar suas características e a assumir papéis que não os pertencem que a heteronormatividade se apresenta de forma tão estampada nos espetáculos. “Aos sujeitos é imposta a coerência do sexo-gênero que deve se refletir nas expressões de seus corpos, de suas vestimentas, dos maneirismos, entre outros” (NONATO, 2020, p.44).

Outro grande ponto está relacionado às tentativas das quadrilhas juninas de apagar o homem afeminado e/ou a mulher masculina nos espetáculos. Existe um padrão coreográfico performativo a ser seguido que exige das damas movimentos delicados que esbanje feminilidade, já para os cavalheiros uma imagem de macho, do homem viril altamente masculino. Essa prática se assemelha às definições trazidas por Colling e Nogueira (2015, p.182) em que:

as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e as com genitália feminina devem ser femininas, delicadas. Nesse sentido, um homem até pode ser homossexual, inclusive fora do armário, mas não pode se identificar com o universo feminino, nem uma mulher lésbica pode se identificar com o masculino.

Se esses indivíduos, ora por medo ou por necessidade de aceitação, já enfrentam esses mesmos desafios na vida cotidianas, nas quadrilhas, tratadas como inclusivas, os mesmos problemas persistem. Tais enfrentamentos são considerados, segundo Nonato (2020), como uma tentativa de apagamento do ser afeminado, que também vale para a mulher, cisgênero ou transgênero, com trejeitos masculinos.

Por construir sua performatividade a partir da marca da ambiguidade, a pessoa afeminada não se enquadra na matriz cultural do gênero e por isso não é considerado um gênero inteligível. A pessoa afeminada é visto como uma vida indigna de ser vida, um corpo que não importa e, por isso, sua existência não é legitimada. [...] A pessoa afeminada se encontra sob o constante desejo de apagamento pelo outro. (NONATO, 2020, p.75)

Sendo assim, a presença LGBTQIA+ é permitida, porém precisa ser camuflada. O indivíduo não necessariamente precisa ser hétero, mas precisa se comportar como tal, também pode não ser cisgênero, mas também precisa se comportar como tal. Padrões binários entre homem e mulher, masculino e feminino, precisam e são preservados nos espetáculos juninos, mais precisamente nas quadrilhas. Esse fator gênero e sexo, identificação e desejo sexual, mantidos como únicos e coerentes, protegidos como a forma ideal do ser humano no ambiente dos espetáculos, ao menos nas montagens estratégicas das quadrilhas juninas nos levam a um

novo termo, apresentado e sugerido por Simakawa (2015), a cisheteronormatividade. O termo também é questionado e discutido por Nonato (2020) que o apresenta como a fusão das problemáticas apresentadas como heteronormativas e cisheteronormativas e suas semelhanças como forma de poder.

À medida em que se desenham os contornos daquilo que convencionamos chamar de cisheteronormatividade, vai se tornando evidente e central a estratégia do poder de cultivar a crença (sobretudo por meio das epistemologias) na divisão dicotômica dos corpos. Por meio do estabelecimento da binariedade como uma verdade incontestável no seio social, se incita uma leitura dos mesmos atravessada pela ideia de que os sexos são naturais e, por sua vez, determinam o gênero e a sexualidade dos indivíduos. (NONATO, 2020, p.83)

É questionável a forma como as quadrilhas juninas mantêm até os dias de hoje todos esses padrões compulsórios relacionados à cisgeneridade e heteronormatividade, ou cisheteronormatividade. Mesmo com grande quantidade, se não maioria, de integrantes LGBTQIA+ as barreiras binárias heterossexuais não conseguiram ser rompidas. Porém, ao mesmo tempo em que esses padrões são mantidos, a procura por pertencimento dentro das quadrilhas juninas continua crescendo.

É difícil de compreender como as questões de gênero ainda permanecem intactas. Se antes, quando deixaram o ambiente nobre e migraram para as festividades do homem do campo e se associaram às festas juninas já oriundas dos rituais pagãos, havia a prática de doutrina e instrução às normas da época, as quadrilhas se estabeleceram como objetos disseminadores dos ensinamentos cristãos de que apenas o relacionamento heterossexual era permitido; hoje, quando não mais existe o vínculo à Igreja Católica e mesmo sendo ocupada por um grande número de pessoas LGBTQIA+ é um tanto inadmissível que os moldes binários opressores permaneçam de forma tão sólida. Fica evidente que, assim como todas as manifestações culturais, as quadrilhas sofreram modificações ao longo do tempo de acordo com a região, época e povos com os quais eram realizadas. Por isso é inviável trata-las como algo intacto que preserva as tradições originais sendo que, como visto, as transformações foram inúmeras. Por ser uma manifestação artística é inadmissível que as pessoas praticantes sejam silenciadas, neguem sua sexualidade para manter padrões heteronormativos. Aceitar pessoas LGBTQIA+ e apagar suas existências durante os espetáculos não é inclusão nem representatividade e sim preconceito, negação, imposição de um padrão heterossexual compulsório.

## REFERÊNCIAS

CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Anthropológicas*. Recife, v. 18, n. 2, p. 49 - 74. 2007. Semestral. ISSN 2526 – 3781.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. *In*: DALLAPICULA, Catarina; RODRIGUES, Alexsandro; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S (Orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Espírito Santo: Edufes, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

NOLETO, Rafael da Silva. **Brilham estrelas de São João: gênero, raça e sexualidade em performance nas festas juninas de Belém – PA**. 2016. 351 p. Tese (Pós-graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Heloisa. Rotas da fé: Festas Juninas. **Caderno virtual de turismo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 24 - 35. 2002. ISSN: 1677-6976.

NONATO, Murillo. **Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidade dissidentes**. Salvador: Devires, 2020.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 243 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador.